

---

## ENSINO DE HISTÓRIA, COTIDIANO E LITERATURA: ESCRavidÃO E PATERNALISMO EM CONTOS DE MACHADO DE ASSIS

Raul Costa de Carvalho<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Quando se fala em ensino de História, uma das discussões que frequentemente vem à tona é a relação deste com o conhecimento histórico acadêmico. Durante muito tempo, o trabalho do professor foi visto apenas como o de um transmissor dos saberes desenvolvidos na Academia. A história ensinada era compreendida como um subproduto, uma adaptação simplificadora da história acadêmica. Atualmente, a complexa relação entre estes dois campos tem sido mais bem discutida, sendo a história ensinada encarada como outro conhecimento, com suas próprias demandas e especificidades epistemológicas<sup>2</sup>. Porém, a relação entre o ensino e a pesquisa ainda é e deve continuar sendo profundamente estreita. A teoria da História e a produção historiográfica são referenciais fundamentais para o conhecimento produzido na ou para a educação básica. Os conteúdos abordados em sala de aula devem estar sempre embasados nos conceitos desenvolvidos pela Teoria da História, ou por outras áreas do conhecimento, desde que sejam úteis para o conhecimento histórico.

Portanto, é fundamental que o professor de História conheça as diferentes tendências e perspectivas desenvolvidas pela historiografia. Assim, poderá se apropriar daquelas contribuições que lhe pareçam mais pertinentes para o desenvolvimento de seus objetos de aprendizagem. Se o docente não tiver clareza das seleções teóricas por trás de sua abordagem da História, corre o risco de trabalhar conhecimentos do senso comum em sala de aula. Desse modo, o ensino não contribuirá para que o aluno desenvolva a capacidade de analisar a realidade social de forma mais profunda. Além de promover um ensino que contribua para que os alunos façam uma leitura mais adequada do mundo, conhecer as diferentes formas de se fazer História permite ao professor ter maior liberdade e autonomia para definir o que será abordado e a partir de quais perspectivas teóricas.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Para a análise de uma discussão mais ampla sobre a relação entre saber acadêmico e saber escolar ver MONTEIRO (2003).

Fundamentado na importância que a teoria tem para a identificação dos objetos e fenômenos do mundo, permitindo a atribuição de sentidos à realidade para além das simples aparências, o que propomos aqui é introduzir para o professor de História algumas das principais discussões teóricas, metodológicas e historiográficas que têm sido travadas em relação à História do Cotidiano. Nosso objetivo é apresentar esta dimensão da vida humana como uma perspectiva possível e importante de ser utilizada em sala de aula.

Além de definir uma perspectiva de análise, é preciso também pensar nos materiais empíricos que podem ser utilizados no processo de ensino. Os documentos que, na pesquisa histórica, se transformam em fontes, na sala de aula convertem-se em importantes recursos para o professor. Tais recursos são as formas de recuperar realidades passadas, e devem ser interpretados a partir das perspectivas teóricas selecionadas para que se desenvolva uma aprendizagem adequada. Neste sentido, apresentamos algumas discussões sobre as possibilidades e potencialidades de se trabalhar com textos literários no ensino de História, especificamente alguns contos do escritor brasileiro Machado de Assis (1839 - 1908). A partir de reflexões desenvolvidas no conhecimento histórico e na crítica literária, analisou-se que aspectos da realidade social poderiam ser acessados e trabalhados em sala de aula por meio da obra machadiana. Tais reflexões permitiram o desenvolvimento de interpretações possíveis de três contos do escritor: *Virginius: narrativa de um advogado* (1864); *Uns braços* (1896) e *Pai contra Mãe* (1906).

## ENSINO DE HISTÓRIA E COTIDIANO

Durante muito tempo, as experiências diárias dos seres humanos não foram consideradas importantes na pesquisa histórica. As ações do dia a dia, aquilo que era habitual na vida das pessoas, como as condições de moradia, de alimentação, o uso de objetos e os costumes, por seu caráter repetitivo e impessoal, foram relegados como desnecessários para a compreensão das sociedades. Foi principalmente a partir dos anos 1980 que muitos pesquisadores começaram a olhar com mais atenção para essa dimensão da vida humana, enxergando nela um novo campo de possibilidades para se compreender melhor o passado. Desde então, a partir da apropriação das contribuições das mudanças na historiografia que aconteceram neste período, bem como de reflexões de outros campos do conhecimento, os historiadores que

se dedicaram à vida cotidiana puderam desenvolver importantes trabalhos, abordando-a como uma perspectiva útil para a análise histórica. Neles, a vida cotidiana é tomada como uma dimensão privilegiada para se compreender as experiências concretas dos indivíduos, sobretudo as diferentes relações de dominação e resistência nas quais estão inseridas as classes populares em diferentes espaços/tempos.<sup>3</sup>

Muitos pesquisadores, do conhecimento histórico e também de outras áreas, como a Filosofia e Ciências Sociais, desenvolveram definições teóricas que permitem compreender a vida cotidiana. Portanto, ao pensarmos no cotidiano como uma perspectiva importante também para o ensino de História, é preciso se apropriar das reflexões que possam contribuir para o estudo dessa disciplina a partir de tal dimensão da vida humana. Os filósofos Agnes Heller (2011), Karel Kosik (1963) e o historiador Michel de Certeau (1994) são exemplos de pensadores que ajudam a responder a difícil pergunta “O que é a vida cotidiana?”.

A partir das considerações destes pesquisadores, bastante diferentes entre si, sobretudo o último em relação aos dois primeiros, podemos definir a vida cotidiana como as situações e os atos repetitivos que se sucedem de forma imediata e superficial no dia a dia, garantindo a sobrevivência e reprodução social dos indivíduos. Imediata porque nela há uma relação direta entre pensamento e ação. Esta relação se produz de forma automática, espontânea. Superficial porque os indivíduos, em geral, não compreendem as relações que produzem os fenômenos cotidianos. Vivem o cotidiano de forma natural, sem questionar seu sentido. No entanto, para ir além desta definição básica, muito próxima do senso comum, compreendendo tal dimensão em toda a sua complexidade, é preciso levar em consideração outras de suas características.

Em comum, os três autores concordam com a universalidade e historicidade da vida cotidiana, o que significa que em toda época histórica que possamos analisar, o cotidiano está presente na vida de todos os indivíduos, mas se transforma de acordo com o período, o lugar e o grupo social. As relações afetivas e condições de habitação, por

---

<sup>3</sup> Entre as primeiras obras sobre o cotidiano reconhecidas pela consistência teórica e acentuado valor para o conhecimento histórico estão CHALHOUB (2012), DIAS (1984) E DECA (1983).

exemplo, são situações que sempre existiram, mas foram vividas de diferentes formas ao longo do tempo. Além disso, em um mesmo espaço/tempo, nem todas as pessoas vivem o cotidiano do mesmo modo. Ele é experimentado de maneiras distintas pelos indivíduos conforme o grupo social ao qual pertencem. Kosik e Heller abordam também a característica dialética do cotidiano. Para os autores, na vida diária, não há uma fronteira rígida entre o que é estrutura e o que é ação humana. O cotidiano é o conjunto de relações sociais produzidas e experimentadas a partir do encontro entre o particular e o global, entre o singular e o coletivo, entre os sujeitos e as estruturas. Para Kosik, o ser humano nunca nasce em condições que lhe são próprias, está sempre inserido em um mundo modelado a partir de uma série de condições herdadas. No entanto, estas só se constituem de fato no próprio viver, na prática, no curso do qual a realidade é dominada, reproduzida e transformada.

A grande divergência entre Heller, Kosik e Certeau está nas relações de dominação e resistência vividas na esfera cotidiana. Os dois primeiros dirigem seus estudos partindo de uma mesma preocupação: o fenômeno da alienação. Em Heller, todo ser humano já nasce inserido em uma cotidianidade, a qual vai aprendendo a partir do convívio com os diferentes grupos (família, escola, pequenas comunidades) que fazem a mediação entre o indivíduo e os costumes e normas. Atinge o amadurecimento quando adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana do grupo social a que pertence na sociedade em questão. Portanto, as condições prévias de sua existência estão colocadas desde o início de sua vida. Nessa apropriação dos elementos da cotidianidade de seu grupo e sociedade, os indivíduos vão se fragmentando em papéis sociais, construídos, reforçados e mantidos por aparatos de controle e disciplinarização pouco visíveis, como ideologias, leis, instituições, entre outros. Quanto mais identificado com seu papel ou papéis sociais, mais precisamente se revela a alienação. Nestes autores, o cotidiano é a esfera onde a alienação se gera, é o momento fundante deste fenômeno. A cotidianidade se manifesta como anonimato e como imposição de um poder impessoal que dita a cada indivíduo seu comportamento, seu modo de pensar, seus gostos.

Por outro lado, Michel de Certeau analisa como dentro da própria vida cotidiana é possível o desenvolvimento de formas de subversão às imposições dominantes e diferentes meios de alienação. O

autor identifica nas relações de dominação que constituem o cotidiano certos momentos onde os indivíduos podem exercer sua liberdade em maior ou menor grau. Os mecanismos de controle dos comportamentos diários possuem sempre algumas fissuras, brechas em que os seres humanos podem resistir e lutar contra certas imposições sociais. O cotidiano é, pois, para o autor, um espaço de resistência. Nele as pessoas comuns desenvolvem procedimentos, chamados de táticas, que de forma inconsciente e temporária jogam com os mecanismos de disciplinarização impostos pela ordem dominante por meio de estratégias, alterando-os de acordo com suas necessidades.

A partir destas reflexões sobre a vida cotidiana, é possível compreender que se trata de uma perspectiva extremamente complexa, que possui um grande valor para a compreensão e explicação de diferentes realidades. Embora existam abordagens diferentes, todas compreendem o cotidiano como um espaço significativo da experiência humana, conferindo uma dimensão política às práticas diárias, na medida em que estão inseridas em uma espécie de jogo de força entre dominantes e dominados. Além disso, pensam tal perspectiva como privilegiada para compreender a relação entre estrutura e ação e o papel dos sujeitos sociais. Portanto, incorporar ao trabalho do professor de História a perspectiva do cotidiano significa um enriquecimento analítico importante, relativizando o peso do reducionismo estrutural e institucional, e permitindo reconstituir de forma mais completa o espaço e o tempo das práticas sociais. A noção de cotidiano que é proposta aqui para a abordagem de diferentes conteúdos em sala de aula é composta dessas características básicas desenvolvidas pelos autores analisados: um cotidiano histórico, heterogêneo, dialético, espaço de dominação e de resistência.

## ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA

O ensino de História pela perspectiva do cotidiano pode ser feito de variadas formas. Como ocorre com qualquer tema, o professor tem a sua disposição uma enorme quantidade de materiais possíveis de serem trabalhados com os alunos. Entre eles estão os textos literários.

Para desvelar a melhor forma de trabalhar o texto literário em sala de aula é preciso conhecer parte das reflexões que se estabeleceram sobre a relação entre Literatura e História. Os limites entre os dois campos estiveram durante muito tempo no centro dos debates sobre a natureza do conhecimento histórico. Depois de séculos considerados duas formas de um mesmo gênero, a fronteira entre ambos tornou-se extremamente rígida no século XIX, quando se iniciou um esforço para colocar a História entre os domínios do conhecimento científico. Até então, não havia uma distinção radical entre as ciências e as letras, foi a noção de verdade que criou uma barreira separando-as. As fronteiras entre Literatura e História voltaram a se flexibilizar somente no final do século XX, quando as duas práticas de representação e escrita passaram a ser pensadas a partir de aspectos em comum, levando-se em conta dois processos distintos e fundamentais: a aproximação entre uma e outra como formas de narrativa e o uso mais frequente da Literatura como fonte histórica.

Em relação ao primeiro ponto, nas últimas décadas do século passado houve uma reaproximação entre Literatura e História devido à preocupação dos historiadores em repensar a ligação entre forma e conteúdo no desenvolvimento de seus trabalhos. Neste processo, os modelos de linguagem utilizados pela criação artística e outros aspectos durante muito tempo negligenciados pela pesquisa histórica como a capacidade imaginativa do sujeito que escreve voltaram a fazer parte da historiografia. Assim, a Literatura contribuiu para enriquecer e complexificar a narrativa histórica, permitindo ao historiador pensar de outras formas, por exemplo, o conjunto variado de possibilidades que compõem a vida de seus personagens, bem como as diferentes temporalidades que se entrecruzam nas trajetórias dos indivíduos.

Outro processo que aproximou as duas disciplinas, porém de forma diferente, foi a maior utilização de textos literários como fontes históricas. A Literatura, ou “as literaturas”, também são vestígios do passado, compõe parte da documentação por meio da qual o historiador

pode se valer para acessar a vida humana em outras épocas e construir conhecimentos sobre ela.

Tomando-a, portanto, como fonte histórica, ao analisar um texto literário o historiador precisa, como faz com qualquer outro documento, adotar uma série de procedimentos que permitam situá-lo em seu contexto e compreender seu processo de construção. O primeiro passo para isso é pensar o tipo de literatura que será trabalhada. Não há uma definição universal de literatura, ela assume formas e objetivos diversos que estão relacionados aos interesses e condições históricas de cada grupo em diferentes épocas e lugares. As questões mais formais, como o gênero literário, são importantes. Romances, “históricos” ou não, poesias, contos, crônicas, entre outros, possuem diferenças estéticas que também estão relacionadas ao seu conteúdo. Em seguida, é preciso questionar a obra escolhida: que representações de mundo social o escritor criou? Por que as criou desta forma?

Assim, é tarefa do historiador investigar os aspectos principais que envolvem o processo de construção e sobrevivência do texto literário. Somente com estes cuidados básicos, comuns à análise de outros documentos, poderá se aproximar de forma mais verossímil dos significados históricos presentes na obra, compreendendo a representação de mundo desenvolvida pelo escritor.

A partir destas reflexões, em sala de aula, a Literatura pode assumir formas diferentes no processo de ensino proposto. O tratamento que recebe no trabalho com os alunos deve variar de acordo com o texto específico e com os objetivos educacionais. Em geral, a Literatura nunca é o material escolhido apenas pelas informações sobre a realidade que dela podem ser retiradas, mas principalmente pela forma como representa esta realidade. Afinal, é uma fonte diferente, está mais próxima da narrativa histórica que qualquer outro documento. Tal proximidade entre ambas as formas de ter acesso a diferentes períodos da trajetória humana faz dela uma importante ferramenta para conhecer realidades passadas, permitindo nos conectarmos às diferentes formas de sentir, gostar, pensar, viver em geral, de um modo que nos aproxima dos dramas, sonhos, dificuldades, esperanças e tensões dos seres humanos do passado. Mas antes do trabalho com os alunos, ao utilizar o texto como um vestígio do passado, é preciso adotar alguns critérios semelhantes àqueles que o historiador tem com os documentos que converte em fontes, sob o risco de promover uma aprendizagem

marcada por anacronismos ou mesmo inverdades, contribuindo para a formação e manutenção de memórias e identidades fundamentadas em conhecimentos comuns.

A partir das preocupações apontadas pela Teoria da história sobre a forma de compreender a realidade social na Literatura, impõe-se aqui pensar especificamente a respeito da obra literária escolhida para nossa proposta de ensino: os contos de Machado de Assis. Importantes estudiosos da prosa machadiana, como o crítico literário Roberto Schwarz (2012) e o historiador Sidney Chalhoub (2003), a partir de investigações sobre as condições de produção de suas obras, bem como os aspectos internos ligados à forma e conteúdo de seus textos, percebem a narrativa presente nos romances e contos do escritor como uma representação de mundo coerente e verossímil de parte da estrutura social brasileira. Assim, em sala de aula, a interpretação que Machado fez da realidade de seu tempo pode ser utilizada como um recurso importante para se compreender parte das experiências vividas pelas pessoas no Brasil do século XIX.

Para Schwarz e Chalhoub, a matéria central da obra machadiana foram as relações de dependência, baseadas em uma cultura do *favor*, que regiam a vida da maioria da população no período do Segundo Reinado, colocando a existência de uma enorme massa de homens e mulheres pobres sob a submissão dos grandes proprietários (de terras, de bens, de escravos). De acordo com Schwarz, esta cultura do *favor* se efetivaria na obra machadiana por meio de uma série de mecanismos que regulariam os comportamentos dos indivíduos nas relações de trabalho, de vizinhança, de amizade, familiares e afetivas. Os pobres, marginalizados, dependeriam do favor para sua sobrevivência. Os membros das classes dominantes saberiam disso, e utilizariam esta situação de acordo com seus interesses. Já para Chalhoub, também é possível identificar na obra de Machado de Assis os espaços de liberdade que existiam nesta estrutura de dominação social. Segundo o autor, os personagens dominados – escravos, dependentes, subalternos – violam constantemente a ideologia senhorial, jogando de diferentes formas com a autoridade dos senhores, de modo que tem seus interesses e necessidades atendidos. Assim, de forma dissimulada, os dependentes vão alcançando seus objetivos, e ao mesmo tempo, inconscientemente, abalando alguns alicerces de sua dominação.



A historiografia nomeou de *paternalismo* estas relações de dependência, dominação e resistência presentes na estrutura social do Segundo Reinado e representadas por Machado de Assis em seus romances e contos. Tal noção está inserida em um amplo debate recente, formulada e reformulada nas últimas décadas em importantes trabalhos sobre a escravidão e as relações de trabalho livre no Brasil Colônia e Império. Para Schwarz e Chalhoub, trata-se de uma complexa ideologia senhorial, síntese de violência e benignidade, fortemente fundamentada no escravismo, em que o senhor era autoridade inquestionável e possuiria poder total sobre seus dependentes. Mas, apesar disso, continha uma série de brechas em seu funcionamento que eram constantemente exploradas e alargadas por aqueles que estavam no elo mais fraco destas relações de poder.

A partir destes elementos principais dos textos de Machado de Assis, o tema que propomos para as aulas de História está relacionado a esta matéria central da obra machadiana: a dissolução do escravismo e as consequências deste para a elaboração do paternalismo. A partir de uma série de contos, selecionados de acordo com o objetivo educacional escolhido, podemos compreender algumas características da escravidão no Brasil e as permanências de certas práticas e formas de pensar ligadas a ela na vida das pessoas do século XIX. Para isso, o cotidiano pode ser uma perspectiva importante para se ensinar tal processo. Apresentamos, assim, um conjunto de guias interpretativos para alguns contos. Tais guias se apresentam como uma forma possível de entender a realidade histórica representada nos textos de Machado de Assis e, a partir dela, ensinar História na sala de aula.

### **A CONDIÇÃO ESCRAVA NO CONTO *PAI CONTRA MÃE***

A escravidão, embora esteja presente em boa parte das histórias de Machado de Assis, aparece de forma mais direta em toda sua brutalidade na obra do escritor somente após a Abolição. O conto mais marcante sobre esta instituição é *Pai contra mãe*, publicado em 1906 na obra *Relíquias da Casa Velha*.

O conto é um bom instrumento para se ensinar a condição escrava durante o Segundo Reinado. Embora esta tenha se alterado muito ao longo do período, ser escravo foi, durante todo o tempo em que durou a escravidão, ser um sujeito privado legalmente de liberdade,

considerado pela lei como uma “mercadoria”. No entanto, como bem tem sido explorado pela historiografia recente<sup>4</sup>, o escravo também era uma figura ativa no contexto histórico da escravidão, protagonista na construção das condições do cativo e na abertura de possibilidades para a liberdade. Tais características essenciais da “experiência do cativo” podem ser construídas em sala de aula a partir de situações e informações presentes no conto. Começemos pelo início do texto. Nele, Machado descreve alguns dos meios utilizados pelos proprietários para exercer o controle sobre os cativos:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas.<sup>5</sup>

A narrativa é carregada de ironia, um recurso estilístico bastante empregado pelo escritor para criticar certos aspectos da sociedade representada, como a violência da escravidão e a visão das elites sobre ela. Nos parágrafos seguintes são descritas outras formas de

---

<sup>4</sup> A partir principalmente dos anos 1980, houve uma mudança importante na historiografia sobre a escravidão no Brasil. Até então centrada na violência e repressão como forma de manutenção do sistema escravista, nas últimas décadas foram produzidos importantes trabalhos que procuraram resgatar o papel ativo do escravo na criação de melhores condições de vida. Para uma visão mais ampla desta virada nos estudos sobre a escravidão, ver CHALHOUB (1990).

<sup>5</sup> Os contos utilizados foram todos acessados on-line, por isso não há paginação nas citações. É possível acessar estes e a obra completa do escritor no site [www.machadodeassis.ufsc.br](http://www.machadodeassis.ufsc.br). Acessado pela última vez em 03 de julho de 2017.

controle social: o ferro ao pescoço, “aplicado aos escravos fujões”; “apanhar pancada” ou uma simples repreensão. Contra tais punições, a fuga tornou-se uma prática corrente, como também eram os anúncios de escravos fugidos nos jornais:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. [...] Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.

A descrição de determinadas condutas e situações relacionadas à escravidão presentes nos primeiros parágrafos do conto serve para situar o leitor no contexto em que se desenrolará a narrativa principal da obra. Mas a partir destes poucos trechos é possível compreender o cotidiano violento vivenciado por milhares de pessoas escravizadas. A condição escrava se efetivava a partir de certas práticas diárias, repetitivas na vida das pessoas. Uma delas era o uso de objetos de punição e castigo, que serviam para modelar o comportamento dos cativos, mantê-los submissos, obedientes, com o objetivo de evitar as fugas e quaisquer outras ações que pudessem prejudicar seu trabalho ou a autoridade dos senhores. A violência era um elemento fundamental da relação entre senhores e escravos e na manutenção do sistema escravista. Outro aspecto comum era a presença diária das fugas nos jornais e em outros espaços públicos de anúncio, o que mostra uma resistência à dominação dos senhores. A imprensa era utilizada como forma de controle e recaptura dos escravos. Tal situação estava presente no dia a dia das pessoas que andassem nas ruas e tivessem o hábito de ler periódicos. Com isso, afirmava-se a condição legal da escravidão, bem como a tentativa de “coisificação” do escravo diante da população, tornando-o e considerando-o propriedade, algo que tinha somente valor financeiro.

A partir de então, conta-se a história de Cândido Neves, homem pobre que tinha como ofício “pegar escravos fugidos”. A história toda se passa na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1850. Vivendo de favores e aluguel, sem dinheiro suficiente para garantir as necessidades mais básicas de sobrevivência e na iminência de ter que entregar um filho recém nascido para adoção em função desta extrema pobreza, Cândido deposita suas esperanças na captura de uma escrava

- de nome Arminda – pelo que o dono recompensava com alta quantia. A história termina com uma cena cruel e trágica: em meio a lutas, choros e pedidos de socorro, Arminda é capturada e devolvida ao seu senhor, descrito pela escrava como “muito mau”, que “provavelmente a castigaria com açoites”. Cândido pode manter seu filho, graças ao dinheiro recebido, enquanto Arminda, grávida, “levada do medo e da dor”, perde o seu em consequência de um aborto.

Em *Pai contra a mãe*, Machado de Assis permite uma compreensão densa e complexa das relações entre os diferentes grupos sociais. Nem Cândido, tampouco Arminda são membros de classes abastadas da sociedade, mas as dificuldades de sobrevivência e a instituição da escravidão impõem a opressão de um sobre o outro. A pobreza e dependência aproximam os personagens, mas a noção de propriedade os distancia. A escravidão não se manteve durante tanto tempo apenas por causa do controle direto exercido pelos senhores sobre seus escravos, mas também pela aceitação de grande parte da sociedade, inclusive pessoas livres e pobres, de sua legitimidade<sup>6</sup>. A legalidade da escravidão não se efetivava somente pela existência de leis, mas de como elas se afirmavam no dia a dia das pessoas - através de objetos, anúncios, recompensas, ofícios - fazendo com que muitos indivíduos enxergassem no escravo uma propriedade, contribuindo para a manutenção e reforço deste sistema de dominação.

Apesar disso, na história de *Pai contra mãe*, há várias possibilidades de se abordar a escravidão para além da visão do “escravo coisa”, já tão contestada pela historiografia<sup>7</sup>. O conto é também uma importante ferramenta para se analisar a subjetividade dos escravos e suas capacidades de negociar as condições do cativeiro em seu favor. As fugas, cada vez mais frequentes durante o Segundo Reinado, ajudavam a corroer a legitimidade do escravismo, além, é claro, de ser o efeito explícito da não adequação dos cativos ao papel social que lhes era imposto. A partir delas, é possível compreender que

---

<sup>6</sup> Tal situação pode ser interpretada a partir da definição de alienação de Heller e Kosik, discutida na primeira parte do artigo, em que os autores compreendem o cotidiano como o espaço em que, por meio de uma série de práticas repetitivas, os aparatos de controle e disciplinarização impostos pela ordem dominante vão fragmentando o comportamento das pessoas em diferentes papéis sociais, contribuindo para que se mantenham e reforcem sistemas de dominação como, por exemplo, a escravidão.

<sup>7</sup> O termo é uma referência à “teoria do escravo-coisa”, criada por Sidney Chalhoub na obra *Visões da Liberdade* (1990), em que o autor critica a ideia de passividade e anomia dos escravos presente nos estudos anteriores sobre a escravidão no Brasil.

o escravo não era um sujeito passivo, totalmente submetido às condições desumanas do sistema. A violência excessiva não era aceita, o castigo frequente poderia ter o efeito contrário ao desejado pelo senhor: em vez de submeter o escravo, inviabilizar sua autoridade sobre ele. Ou seja, sem negociações para a abertura de brechas de liberdade a escravidão não teria se mantido por muito tempo<sup>8</sup>. Muitos, assim como Arminda, fugiam, reagiam, se articulavam socialmente, enfim, resistiam. Não apenas uma resistência organizada e de grandes dimensões como a criação de Quilombos, mas também em pequenos momentos cotidianos. Assim, ao mesmo tempo em que Machado ressalta o exercício costumeiro da violência, em suas páginas é possível ver também uma cidade em que escravos circulam pelas ruas sozinhos, com certa autonomia, fogem com frequência, desenvolvem relações familiares e de amizade - às vezes com os próprios senhores - que os protegem em momentos de dificuldade e permitem amparo para aqueles que, como Arminda, evadem. Tais situações são evidências da subjetividade destas pessoas, das práticas de improvisação dentro de uma estrutura opressora, das possibilidades de resistência em uma sociedade que os considerava objetos de direito, enfim, do protagonismo destes sujeitos no enfraquecimento da escravidão. Tais características também devem estar presentes em uma situação de aprendizagem que tenha como objetivo compreender a condição escrava no Segundo Reinado.

### **A PASSAGEM DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO LIVRE EM *VIRGINIUS***

---

<sup>8</sup> Tais negociações podem ser lidas a partir das noções de estratégia e tática desenvolvidas por Certeau, já discutidas anteriormente. Constituíam-se em formas de manter a dominação dos senhores sobre os escravos diante do enfraquecimento de seu poder de mando, mas ao mesmo tempo criavam fissuras no sistema de dominação que poderiam ser exploradas pelos cativos para a vivência de práticas cotidianas que contrariavam o papel social esperado deles pelos senhores, contribuindo ainda mais para debilitar as bases da escravidão.

<sup>9</sup> A ideia de “passagem para o trabalho livre”, ou de “substituição do trabalho escravo pelo livre” é bastante criticada na historiografia recente da escravidão. Em texto de 1988, Sílvia Lara utiliza o termo “teoria da substituição” para se referir aos estudos que criavam uma oposição radical entre o trabalho escravo e o livre, afastando, assim, os ex-escravos das pesquisas históricas que se centravam no desenvolvimento do trabalho livre no Brasil. Embora o termo “passagem” e outros similares tenham sido mantidos nesta proposta, os objetivos de se utilizar o conto *Virginus* em sala de aula levam em consideração o argumento e as preocupações de Sílvia Lara e outros historiadores. Ou seja, pretende-se resgatar as experiências dos ex-escravos no processo de abolição que se fez de maneira gradual e controlada ao longo da segunda metade do século XIX, analisando a convivência entre diferentes formas de trabalho neste período.

*Virginius* foi publicado originalmente em 1864 no *Jornal das Famílias*, periódico para o qual Machado escreveu até 1878. O tempo narrado é algum ano não especificado da década de 1850. A história se desenrola a partir do olhar de um advogado, contratado para defender judicialmente um pai que cometeu assassinato da própria filha em uma fazenda no interior, ao que tudo indica, do Rio de Janeiro. Por trás desta tragédia, revela-se um cotidiano marcado por relações de dependência e de lutas por sobrevivência.

Ao chegar à vila onde aconteceu o crime, o protagonista toma conhecimento do primeiro personagem importante para nossa proposta:

Tirei do bolso o misterioso bilhete e entreguei-o aberto ao meu amigo. Ele, depois de lê-lo, disse:

— É a letra de *Pai de todos*.

— Quem é *Pai de todos*?

— É um fazendeiro destas paragens, o velho Pio. O povo dá-lhe o nome de *Pai de todos*, porque o velho Pio o é na verdade.

— Bem dizia eu que há romance no fundo!... Que faz esse velho para que lhe dêem semelhante título?

— Pouca coisa. Pio é, por assim dizer, a justiça e a caridade fundidas em uma só pessoa. Só as grandes causas vão ter às autoridades judiciárias, policiais ou municipais; mas tudo o que não sai de certa ordem é decidido na fazenda de Pio, cuja sentença todos acatam e cumprem. Seja ela contra Pedro ou contra Paulo, Paulo e Pedro submetem-se, como se fora uma decisão divina. Quando dois contendores saem da fazenda de Pio, saem amigos. É caso de consciência aderir ao julgamento de *Pai de todos*.

— Isso é como juiz. O que é ele como homem caridoso?

— A fazenda de Pio é o asilo dos órfãos e dos pobres. Ali se encontra o que é necessário à vida: leite e instrução às crianças, pão e sossego aos adultos. Muitos lavradores nestas seis

léguas cresceram e tiveram princípio de vida na fazenda de Pio.

Em seguida, revela-se que o fazendeiro, além de grande proprietário de terras, também possui muitos escravos, como indica o diálogo do advogado com um deles:

— É escravo de Pio?

— Escravo é o nome que se dá; mas Pio não tem escravos, tem amigos. Olham-no todos como se fora um Deus. É que em parte alguma houve nunca mais brando e cordial tratamento a homens escravizados. Nenhum dos instrumentos de ignomínia que por aí se aplicam para corrigi-los existem na fazenda de Pio. Culpa capital ninguém comete entre os negros da fazenda; a alguma falta venial que haja, Pio aplica apenas uma repreensão tão cordial e tão amiga, que acaba por fazer chorar o delinquente. Ouve mais: Pio estabeleceu entre os seus escravos uma espécie de concurso que permite a um certo número libertar-se todos os anos. Acreditarás tu que lhes é indiferente viver livres ou escravos na fazenda, e que esse estímulo não decide nenhum deles, sendo que, por natural impulso, todos se portam dignos de elogios?

No dia seguinte, o advogado visita na cadeia o réu que vai defender, de nome Julião:

Julião fora um daqueles a quem a alma caridosa de Pio dera sustento e trabalho. Suas boas qualidades, a gratidão, o amor, o respeito com que falava e adorava o protetor não ficaram sem uma paga valiosa. Pio, no fim de certo tempo, deu a Julião um sítio que ficava pouco distante da fazenda, para lá fora morar Julião com uma filha menor, cuja mãe morrera em consequência dos acontecimentos que levaram Julião a recorrer à proteção do fazendeiro.

Os outros personagens importantes para a história são apresentados na sequência: Elisa, a filha de Julião, e Carlos, o filho do fazendeiro. Ambos amigos de infância, foram conhecendo ao longo da

vida as desigualdades que os separavam devido à condição social de seus pais. A partir daí desenrola-se a tragédia. Carlos passa a desejar Elisa, e pretende tomá-la à força se preciso for. É o que faz. Desesperado, Julião mata a própria filha para “salvá-la da desonra”. O tribunal o condena a dez anos de prisão. Após a sentença, volta a viver nas terras de Pio, que fez do filho soldado como castigo pela violência cometida contra Elisa.

São quatro os personagens que mais nos interessam no conto: Pio, Carlos, Julião e Elisa. Na história, identificam-se relações de poder entre eles. Julião e Elisa, livres e pobres, não possuem terras ou casa própria, tendo que se ajustar aos interesses dos proprietários da área rural: Pio, principalmente, mas também Carlos, herdeiro natural da fazenda. Julião é agregado nas terras de Pio, pois não possui condições de se estabelecer autonomamente. Assim como ele, os escravos que são libertos também continuam vivendo e trabalhando no mesmo local. A propriedade da terra permite ao fazendeiro produzir dependentes, garantindo seu poder sobre os trabalhadores livres e libertos. Além disso, por seu poder econômico, Pio exerce as funções de juiz informal sobre todas as pessoas da vila. Temos aqui, portanto, um exemplo clássico de uma estrutura social fundamentada no latifúndio e no escravismo, que vai se transformando aos poucos com o desenvolvimento de novas relações de trabalho. Estas nascem vinculadas a uma cultura do *favor*, em que homens e mulheres livres e libertos dependem de um proprietário para sobreviver e continuam sujeitos à sua vontade e autoridade. A situação de dependência, submissão, imposição do poder de um grupo sobre outro e de comportamentos considerados adequados se produzem na esfera cotidiana da vida humana, a partir de situações e ações vivenciadas de forma repetitiva, superficial e espontânea pelos indivíduos, como as condições de habitação e de trabalho.<sup>10</sup>

O contexto histórico da narrativa, a década de 1850, é um momento de profundas transformações na sociedade brasileira. As pressões inglesas para o fim da escravidão eram cada vez mais fortes. No primeiro ano da década é aprovada a Lei Eusébio de Queiróz, que proíbe o tráfico internacional de escravos. Os grandes latifundiários viam a necessidade de pensar em saídas para o que se apresentava como o possível fim do escravismo. Como uma das soluções a esse problema,

---

<sup>10</sup> Retomando as reflexões de Heller e Kosik sobre o cotidiano como um conjunto de práticas que promovem a dominação de alguns grupos sobre outros.



foi criada a Lei de Terras em 1850<sup>11</sup>, uma medida que dificultava ainda mais o acesso do trabalhador pobre à terra, obrigando-o a fornecer sua força de trabalho para a grande lavoura. Os conteúdos tradicionalmente relacionados a esse contexto que são ensinados nas escolas privilegiam as experiências dos imigrantes europeus que vieram trabalhar no Brasil. Pouca ou nenhuma atenção se dá aos trabalhadores locais. O conto é um bom recurso para resgatar experiências subjetivas de milhares de pessoas pobres que, mesmo livres, tinham sua sobrevivência relacionada aos interesses dos grandes proprietários rurais.

Porém, apesar de o conto permitir uma compreensão das redes de poder que organizavam hierarquicamente a sociedade rural no período, beneficiando aparentemente apenas os proprietários, revela também certas dificuldades experimentadas pelos senhores de terra e novas situações vivenciadas pela população livre e liberta. Embora precisassem de um grande proprietário para sobreviver, a população rural, muitas vezes, tinha a liberdade de escolher para quem trabalharia. Os grandes proprietários também eram dependentes do trabalho dos outros. Com a expectativa crescente de que a escravidão pudesse ter um fim, fazia-se necessário pensar em formas de garantir a continuidade da mão de obra. Tais circunstâncias obrigavam os fazendeiros a apresentarem condições satisfatórias de moradia e trabalho para seus agregados, o que poderia criar oportunidades de crescimento para esses trabalhadores. Conforme a passagem já referida do conto, Julião recebe um sítio, o que certamente não era moradia qualquer. Em momentos posteriores da história, percebem-se as possibilidades do trabalhador de prosperar naquelas terras:

Laborioso por necessidade e por gosto, Julião bem depressa viu frutificar o seu trabalho. Ainda assim não descansava. Queria, quando morresse, deixar um pecúlio à filha. Morrer sem deixá-la amparada era o sombrio receio que o perseguia. Podia acaso contar com a vida do fazendeiro esmoler?

[...]

Uma tarde, quinze dias depois do incidente que narrei acima, voltava Julião da fazenda do velho Pio. Era já perto da noite. Julião caminhava

---

<sup>11</sup> A Lei de Terras (Lei n. 601, de 18.09.1850) determinou a compra e venda como meio exclusivo de obtenção de lotes agrícolas, não mais por cessão gratuita em nome do semeeiro ou do posseiro, como ocorria desde o período colonial.

vagarosamente, pensando no que lhe faltaria ainda para completar o pecúlio de sua filha.

Ou seja, Julião sabia que não poderia contar com a proteção de Pio para o resto da vida, por isso nutria expectativas reais e fortes de que pudesse sair algum dia daquela relação de dependência. Seu trabalho lhe permitia cultivar tais esperanças. Ao que parece, o fazendeiro também se preocupava com a permanência dos escravos na propriedade. Uma vez livres, os ex-escravos teriam a liberdade de escolher em quais terras iriam trabalhar. Muitos inclusive se recusavam a trabalhar nas plantações onde tinham sido escravos, para evitar qualquer permanência de relações violentas com seus antigos senhores. O tratamento “brando” dispensado pelo personagem Pio aos cativos, a ausência de “instrumentos de ignomínia que por aí se aplicam para corrigi-los”, a “repreensão tão cordial e tão amiga”, e a situação mais sintomática de todas, o “concurso que permite a um certo número libertar-se todos os anos”, podem ser encaradas como estratégias<sup>12</sup> para a garantia da continuidade de mão de obra em uma época na qual a escravidão tinha um futuro cada vez mais incerto. Assim, embora a Lei de Terras e as relações hierárquicas no meio rural provocassem a permanência de traços essenciais do sistema escravista no incipiente trabalho livre, mantendo certa lógica de dominação característica da escravidão, abriam-se também no mesmo período novas expectativas e oportunidades que beneficiavam a população pobre livre e liberta.

### **O TRABALHO LIVRE NOS MEIOS URBANOS EM *UNS BRAÇOS***

O conto “Uns Braços”, publicado originalmente em 1896 no livro *Várias Histórias*, narra, novamente com um olhar retrospectivo, uma história que se passa na década de 1870. A partir do cotidiano dos personagens é possível abordar em sala de aula as relações de dependência e subordinação vivenciadas por aqueles que estavam entre os dois extremos da hierarquia social do período: nem senhores, nem escravos. Nestas relações, percebe-se a influência de certas práticas e maneiras de pensar características do sistema escravista nas relações de trabalho livre do período. Trata-se da história de Inácio, um jovem de 15 anos que mora como agregado na casa de um conhecido de sua família e acaba tendo um romance com a esposa do hospedeiro. Já no início do conto, Machado oferece indicações importantes para

---

<sup>12</sup> O termo “estratégia” é empregado de acordo com a definição de Certeau.

compreender a origem social dos personagens: “O pai é barbeiro na Cidade Nova, e pô-lo de agente, escrevente, ou que quer que era, do solicitador Borges, com esperança de vê-lo no foro, porque lhe parecia que os procuradores de causas ganhavam muito. Passava-se isto na Rua da Lapa, em 1870.”

Tanto o pai de Inácio quanto Borges são profissionais liberais, mas com condições econômicas distintas. A profissão de Borges – solicitador – algo entre procurador e advogado, tinha possibilidades de ganho bem melhores do que a de um barbeiro. O acolhimento de agregados era prática comum entre as camadas médias e altas da sociedade brasileira no século XIX, tratava-se de estratégia importante no processo de produção de dependentes. Essa realidade dava-se de diversas formas e por vários motivos. Em conto anteriormente analisado, *Virginius*, era um mecanismo que garantia proteção à população rural desprovida de terras e também mão de obra para a grande lavoura. Em *Uns Braços*, há referência ao abrigo de filhos de famílias próximas com uma finalidade educativa e produtiva: os jovens adquiriam competências e conhecimentos, proporcionando um alívio na renda familiar e, ao mesmo tempo, mão-de-obra para aqueles que os recebiam. Além de Inácio, o trabalhador agregado, e Borges, dono da casa e seu patrão, faz parte da história D. Severina, “senhora que vivia com ele maritalmente, há anos”. O cotidiano dos três é marcado por uma série de tensões, como se percebe no trecho a seguir:

Inácio estremeceu, ouvindo os gritos do solicitador, recebeu o prato que este lhe apresentava e tratou de comer, debaixo de uma trovoada de nomes, malandro, cabeça de vento, estúpido, maluco.

— Onde anda que nunca ouve o que lhe digo? Hei de contar tudo a seu pai, para que lhe sacuda a preguiça do corpo com uma boa vara de marmelo, ou um pau; sim, ainda pode apanhar, não pense que não. Estúpido! Maluco!

— Olhe que lá fora é isto mesmo que você vê aqui, continuou, voltando-se para D. Severina, senhora que vivia com ele maritalmente, há anos. Confunde-me os papéis todos, erra as casas, vai a um escrivão em vez de ir a outro, troca os advogados: é o diabo! É o tal sono pesado e contínuo. De manhã é o que se vê; primeiro que acorde é preciso quebrar-lhe os

ossos... Deixe; amanhã hei de acordá-lo a pau de vassoura!

D. Severina tocou-lhe no pé, como pedindo que acabasse. Borges expetorou ainda alguns impropérios, e ficou em paz com Deus e os homens.

O trecho acima permite reconhecer algumas das práticas e situações que constituem o cotidiano dos personagens. Dar moradia, alimentação e trabalho para agregados era uma forma de homens com maior poder econômico transformarem estranhos em dependentes. Consequentemente, os trabalhadores ficavam subordinados à autoridade do patrão para além dos espaços de trabalho, tendo seu comportamento controlado e modelado também na esfera doméstica. Ao longo do conto, revelam-se mais aspectos importantes das relações de poder entre patrão e empregado:

— Homem, você não acaba mais? bradou de repente o solicitador.

Não havia remédio; Inácio bebeu a última gota, já fria, e retirou-se, como de costume, para o seu quarto, nos fundos da casa. Entrando, fez um gesto de zanga e desespero e foi depois encostar-se a uma das duas janelas que davam para o mar. Cinco minutos depois, a vista das águas próximas e das montanhas ao longe restituía-lhe o sentimento confuso, vago, inquieto, que lhe doía e fazia bem, alguma coisa que deve sentir a planta, quando abotoa a primeira flor. Tinha vontade de ir embora e de ficar. Havia cinco semanas que ali morava, e a vida era sempre a mesma, sair de manhã com o Borges, andar por audiências e cartórios, correndo, levando papéis ao selo, ao distribuidor, aos escrivães, aos oficiais de justiça. Voltava à tarde, jantava e recolhia-se ao quarto, até a hora da ceia; ceava e ia dormir. Borges não lhe dava intimidade na família, que se compunha apenas de D. Severina, nem Inácio a via mais de três vezes por dia, durante as refeições. Cinco semanas de solidão, de trabalho sem gosto, longe da mãe e das irmãs; cinco semanas de silêncio, porque ele só falava uma ou outra vez na rua; em casa, nada.

O trecho acima, assim como o anterior, permite aferir que Borges institui seu poder por meio de uma série de mecanismos cotidianos de disciplinarização do tempo e das atividades de Inácio, como o horário em que acorda e que faz as refeições, as tarefas que deve executar no trabalho, os espaços que ocupa dentro da casa, sua relação com D. Severina. A autoridade do solicitador sobre Inácio impõe-se também pela linguagem e pela força, com agressões verbais e físicas. Como chefe e senhor da casa, acredita ter o direito da violência sobre o agregado.

Inácio demonstra um comportamento subalterno, não reage às ofensas e ameaças, atende imediatamente às ordens para retirar-se da mesa de jantar e permanece em silêncio absoluto dentro de casa. Mas quem cala, nem sempre consente. O menino não tem o comportamento desejado por Borges. Não cumpre corretamente os horários nem se empenha da maneira esperada no trabalho. A moradia, a alimentação e o trabalho de Inácio são favores concedidos por Borges, que espera como retribuição um comportamento considerado adequado, qual seja, empenho e obediência diante de suas vontades. Ao perceber que ele não cumpre bem seus “deveres”, o chefe da família irrita-se, pois não consegue impor sua dominação, por mais rígidos que sejam os mecanismos de controle. A “preguiça do corpo”, o “sono pesado e contínuo”, o “devanear à larga”, evidenciam seu não enquadramento absoluto no papel social que lhe é atribuído. Ao não se adequar totalmente aos horários e tarefas diárias, Inácio abala os meios de dominação, ainda que de forma inconsciente e sem contestar as estruturas das relações de trabalho.

Sem se efetivar no trabalho produtivo do menino, a autoridade do patrão tampouco se estende aos sentimentos de Inácio:

"Deixe estar, — pensou ele um dia [Inácio] — fujo daqui e não volto mais."

Não foi; sentiu-se agarrado e acorrentado pelos braços de D. Severina. Nunca vira outros tão bonitos e tão frescos. A educação que tivera não lhe permitia encará-los logo abertamente, parece até que a princípio afastava os olhos, vexado. Encarou-os pouco a pouco, ao ver que eles não tinham outras mangas, e assim os foi descobrindo, mirando e amando. No fim de três semanas eram eles, moralmente falando, as suas

tendas de repouso. Aguentava toda a trabalhadeira de fora, toda a melancolia da solidão e do silêncio, toda a grosseria do patrão, pela única paga de ver, três vezes por dia, o famoso par de braços.

[...]

D. Severina tratava-o desde alguns dias com benignidade. A rudeza da voz parecia acabada, e havia mais do que brandura, havia desvelo e carinho. Um dia recomendava-lhe que não apanhasse ar, outro que não bebesse água fria depois do café quente, conselhos, lembranças, cuidados de amiga e mãe, que lhe lançaram na alma ainda maior inquietação e confusão. Inácio chegou ao extremo de confiança de rir um dia à mesa, coisa que jamais fizera; e o solicitador não o tratou mal dessa vez, porque era ele que contava um caso engraçado, e ninguém pune a outro pelo aplauso que recebe. Foi então que D. Severina viu que a boca do mocinho, graciosa estando calada, não o era menos quando ria.

As refeições se tornaram para Inácio o momento mais importante do dia, pois era quando via os braços de D. Severina, por quem ia desenvolvendo uma paixão cada vez maior. Paixão essa que era secretamente retribuída, e que se manifestava em ações diárias de carinho e generosidade da mulher para com o menino. Ainda que o solicitador Borges se esforçasse de diversas formas para privar Inácio da intimidade da família, o sentimento criado entre ele e D. Severina, efetivado em práticas cotidianas, o colocava em uma posição mais confortável dentro da hierarquia familiar. A relação entre os dois termina com o ato de traição (ou meia traição), em que a mulher dá um beijo no menino que, dormindo, o recebe em um sonho. A nova forma de encarar e vivenciar o cotidiano desenvolvida por Inácio devido à paixão por D. Severina efetua-se como uma reação à mentalidade que atribui a Borges poder de mando sobre o agregado. Mas a reação é frágil, e não se mostra capaz de desestruturar as relações de poder. Após o adultério, uma D. Severina “vexada” volta a se comportar com a severidade de antes, e a história termina com a saída de Inácio da casa do solicitador.

Mesmo que não se explique o porquê do fim da permanência do jovem na residência, é possível concluir a partir da leitura de todo o

conto que a não efetivação total do papel social dele esperado seja a razão principal. Ao utilizar o texto em sala de aula, é possível trabalhar a manutenção nas relações de trabalho entre homens livres de uma série de elementos característicos do escravismo, como o exercício costumeiro da violência, a relação de dependência e a concepção de uma autoridade inquestionável do senhor. Mas ainda que conservem aspectos do escravismo, as novas relações de trabalho são diferentes. O senhor é patrão, não mais proprietário. Não possui as prerrogativas legais de mando e de uso da força que possuía sobre o trabalhador escravizado. O controle de Borges sobre Inácio não se efetiva da maneira esperada pelo solicitador. A única saída é romper definitivamente a relação entre ambos, não há outra possibilidade de adequar o comportamento do menino.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: o cotidiano operário em São Paulo, 1927-1934*. Campinas: UNICAMP, 1983 (Dissertação de Mestrado).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KOSIK, Karel. *La cotidianidad y la historia*. In: *Dialéctica de lo Concreto*. México, Grijalbo, 1963. p. 92-104.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

MONTEIRO, Ana Maria F.C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. *História & Ensino*, Londrina, v.9, p. 37-62, out. 2003.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012.



---

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012.

Recebido em 20/05/2017 - Aprovado em 15/06/2017

